

BRASILCAP

Viver é realizar.

E construir resultados ao longo do tempo

Em 2025, a Brasilcap avançou com consistência e visão de longo prazo, guiada por uma gestão responsável, escolhas estratégicas e pela evolução contínua de seu portfólio de soluções em capitalização.

Os resultados do ano vão além do desempenho financeiro. Eles refletem a capacidade da Companhia de viabilizar planos e sonhos com confiança, gerar valor de forma sustentável e fortalecer o mercado, contribuindo para o desenvolvimento da economia brasileira.

Com foco no cliente, excelência na execução, integridade nas relações, inovação constante e valorização da diversidade, a Brasilcap reafirma sua visão de ser a empresa de capitalização mais relevante para as pessoas.

Principais resultados de 2025

R\$ 6,80 bilhões
em faturamento

R\$ 75,03 milhões
pagos em sorteios

R\$ 11,36 bilhões
em reservas técnicas

R\$ 6,43 bilhões
em resgates pagos

R\$ 341,47 milhões
de lucro líquido

R\$ 13,92 bilhões
em ativos totais

(crescimento de 21,62% em relação a 2024)

Mais de 158 mil títulos contemplados

Os números de 2025 refletem um direcionamento claro: evoluir com inovação, eficiência operacional e crescimento sustentável.



BRASILCAP

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 15.138.043/0001-05 | www.brasilcap.com.br
SAC: 0800-729-0800 – Ouvidoria: 0800-729-3478
Atendimento para deficientes de audição ou de fala: 0800-729-0088



BRASILCAP

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2025

Senhores Acionistas,

No exercício de 2025, a Brasilcap alcançou faturamento de R\$ 6,80 bilhões, refletindo a consistência da estratégia comercial e a adaptabilidade do portfólio de produtos. As reservas técnicas totalizaram R\$ 11,36 bilhões, enquanto os ativos totais atingiram R\$ 13,92 bilhões, reforçando a solidez financeira e sustentabilidade operacional da Companhia. O lucro líquido somou R\$ 341,47 milhões, crescimento de 21,62% em relação ao exercício anterior. No último ano, a Brasilcap devolveu R\$ 6,43 bilhões em reservas aos seus clientes, movimentando diretamente a economia do país. Por meio dos sorteios, a Companhia pagou mais de R\$ 75,03 bilhões, contemplando mais de 158 mil títulos de capitalização.

A Brasilcap seguiu avançando em novos negócios, atuando também nas modalidades Instrumento de Garantia, Incentivo, Popular e Filantropia Premiável. A Companhia evoluiu em seus modelos de negócios e parcerias, com soluções inovadoras para atender às diferentes necessidades dos clientes e gerar novas oportunidades de negócios. A parceria com o Banco Inter se consolidou ao longo desse ano, com o produto Sortezinha Inter. Complementando este portfólio versátil, o Cap Flador, da modalidade Instrumento de Garantia, registrou crescimento de 20,74% nas vendas do exercício. A solução, oferecida para garantia de aluguel, conta atualmente com 173 parceiros comerciais, sendo 28 deles prospectados em 2025, e é distribuído por cerca de 5 mil imobiliárias em todo o País. Como pilar central da estratégia de inovação, eficiência operacional e crescimento sustentável, a Brasilcap seguiu evoluindo, ao longo de 2025, a plataforma Darwin, sua plataforma proprietária de capitalização, baseada em arquitetura tecnológica moderna, escalável e orientada à integração com ecossistemas de negócios. No exercício, foi concluída a implantação da plataforma como base única para a comercialização dos produtos da Companhia, viabilizando a concepção, customização e distribuição de soluções de forma integral pelo Darwin, suportando diferentes modalidades de capitalização, canais de venda e modelos de parceria.

Em relação à gestão dos ativos financeiros, a Empresa manteve sua eficiência em um ano de significativa volatilidade. A Brasilcap capturou oportunidades que contribuíram para a performance da sua carteira de investimentos, encerrando o exercício com desempenho financeiro consistente, reforçando sua solidez e sustentabilidade no longo prazo.

A Companhia segue declarando que os ativos financeiros são administrados de acordo com as boas práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive sem a necessidade de alienar os títulos marcados na categoria "Custo Amortizado", no montante de R\$ 6,38 bilhões.

O Estatuto Social da Brasilcap estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício após destinações legais. A Política de Gestão de Capital e a remuneração aos acionistas da Organização estabelece diretrizes para a manutenção do patrimônio líquido em volume suficiente para garantir a solvência da Companhia e ativos garantidores em montantes suficientes para cobertura das reservas técnicas, conforme estabelecido pelo órgão regulador.

Em 2025, a Companhia avançou na integração transversal das práticas ambientais, sociais e de governança em conformidade com a Circular 666/2022 da SUSEP. No eixo social, manteve a Filantropia Premiável e realizou investimentos sociais por meio de mecanismos legais de incentivo, totalizando R\$ 2,67 milhões destinados a nove organizações em sete estados. Adicionalmente, foram patrocinadas quatro iniciativas culturais, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, no montante de R\$ 2,47 milhões.

No âmbito interno, foram promovidas ações de endomarketing e treinamentos voltados à diversidade e inclusão, com foco em equidade racial e de gênero, pessoas LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência. Como reforço a esse compromisso, a Companhia obteve certificação no Índice ESG Racial e manteve metas corporativas para ampliar a representatividade de mulheres e pessoas negras em posições de liderança.

Entre os colaboradores, em 2024, havia 52% de homens e 48% de mulheres. No ano de 2025, 53% de homens e 47% de mulheres. Destaca-se a evolução de mulheres em cargo de gestão, de 37% para 41%. No que tange à remuneração fixa e variável, os parâmetros adotados para ambos os sexos são idênticos. A participação feminina permaneceu estável em 2024 e 2025, correspondendo a 23% dos cargos de administração da Companhia.

No âmbito de reconhecimentos institucionais, a Brasilcap conquistou as certificações "Empresa Cidadã", pelo 15º ano consecutivo, e a "Certificação AB2L Infinito de Inovação Jurídica 2025". A empresa segue signatária do Pacto Global da ONU e dos Princípios de Sustentabilidade em Seguros e associada ao Instituto Ethos.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, aos parceiros comerciais e aos nossos colaboradores.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025		31/12/2024		PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2025		31/12/2024	
CIRCULANTE		6.105.601	6.085.372	11.494.042	11.418.697	CIRCULANTE		11.494.042	11.418.697		
Disponível		964	370	122.540	392.659	Contas a Pagar		34.294	24.990		
Aplicações	5	6.050.303	6.047.423	Obrigações a Pagar	14	3.107	3.253				
Créditos das Operações de Capitalização	8	39.048	23.677	Impostos e Encargos Sociais a Recolher		6.125	5.514				
Outros Créditos Operacionais		6.043	5.301	Empréstimos, Financiamentos e Títulos de Dívida	15	-	251.405				
Títulos e Créditos a Receber	9	4.006	3.861	Impostos e Contribuições	16	77.919	106.207				
Outros Créditos		4.006	3.861	Outras Contas a Pagar		1.095	1.290				
Despesas Antecipadas		5.237	4.740	Débitos de Operações com Capitalização	13	4.751	3.468				
NÃO CIRCULANTE		7.838.318	7.445.778	Depósitos de Terceiros	17	3.903	-				
Realizável a Longo Prazo		7.818.399	7.439.462	Provisões Técnicas - Capitalização	18	11.361.076	11.020.215				
Aplicações	5	6.190.052	5.917.867	Provisão para Resgates		11.282.952	10.941.072				
Títulos e Créditos a Receber	9	1.619.040	1.510.421	Provisão para Sorteios		78.124	79.143				
Créditos Tributários e Previdenciários	10	213.987	195.362	Débitos Diversos	20	1.772	2.355				
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	1.405.053	1.315.059	NÃO CIRCULANTE		1.400.310	1.308.709				
Despesas Antecipadas		85	396	Contas a Pagar		70	56				
Outros Valores e Bens	19	9.222	10.778	Outras Contas a Pagar		70	56				
Investimentos		482	423	Outros Débitos		1.400.240	1.308.653				
Imóveis Destinados a Renda		82	82	Provisões Judiciais	11	1.391.078	1.298.362				
Outros Investimentos		400	341	Débitos Diversos	20	9.162	10.291				
Imobilizado		5.051	4.970	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	1.049.567	803.744				
Imóveis de Uso Próprio		83	83	Capital Social		403.000	354.398				
Bens Móveis		2.988	2.644	Reservas de Lucros		646.567	449.454				
Outras Imobilizações		1.980	2.243	Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	(108)				
Intangível	12	14.386	923	TOTAL DO PASSIVO		13.943.919	13.531.150				
TOTAL DO ATIVO		13.943.919	13.531.150								

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto o Lucro Líquido por ações em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	22	6.797.594	6.716.787
CONTRIBUIÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	22	6.797.594	6.716.787
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio		6.118.459	6.057.361
Contribuição - Quotas de Carregamento		679.135	659.426
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES DE RESGATES	22	(6.035.698)	(5.991.376)
VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE SORTEIOS	22	(72.628)	(49.409)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	22	(618.403)	(598.952)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	22	79.282	79.695
Outras Receitas Operacionais		81.970	81.922
Outras Despesas Operacionais		(2.688)	(2.227)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22	(130.370)	(128.267)
Pessoal Próprio		(75.097)	(75.156)
Serviços de Terceiros		(35.641)	(34.428)
Localização e Funcionamento		(7.628)	(7.579)
Publicidade e Propaganda		(7.744)	(6.359)
Publicações		(194)	(143)
Doativos e Contribuições		(3.042)	(3.737)
Despesas Administrativas Diversas		(1.024)	(865)
DESPESAS COM TRIBUTOS	22	(44.141)	(41.908)
RESULTADO FINANCEIRO	22	517.678	465.615
Receitas Financeiras		1.464.704	1.266.601
Despesas Financeiras		(947.026)	(800.986)
RESULTADO PATRIMONIAL	22	58	(702)
RESULTADO OPERACIONAL	22	493.372	451.483
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		414	(65)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		493.786	451.418
Imposto de Renda	10	(100.540)	(106.012)
Contribuição Social	10	(39.163)	(55.173)
Participações sobre o Lucro		(12.608)	(9.463)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		341.475	280.770
Quantidade de ações	21	400.340.000	400.340.000
Lucro Líquido por ação		0,8530	0,7013

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	341.475	280.770
Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado:		
Resultados não realizados com Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	30.830
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(12.332)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	341.475	299.268

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		341.475	280.770
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		341.475	280.770
Ajustes para:		763.156	601.294
Depreciações e Amortizações		3.304	3.059
Perda na baixa de imobilizado e Intangível	22	25	96
Provisão para desvalorização - Outros Investimentos	22	(58)	702
Atualização Monetária sobre Tributos		(4.735)	(10.088)
Atualização Monetária sobre as Provisões Técnicas	18	819.754	686.478
Receita com a Prescrição/Penalidade de Títulos de Capitalização	18	(81.799)	(81.793)
Juros sobre Empréstimos Bancários		22.842	404
Juros sobre Passivo de Arrendamento		1.350	1.444
Outros Ajustes		2.473	992
Varição das Contas Patrimoniais:		(526.639)	(706.292)
Ativos Financeiros	5	(275.066)	6.255
Ajustes de Avaliação Patrimonial	5	108	18.498
Créditos das Operações de Capitalização	8	(15.371)	36.983
Créditos Fiscais e Previdenciários	10	4.735	10.088
Ativo Fiscal Diferido	10	(18.625)	6.371
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	(89.994)	(96.617)
Despesas Antecipadas		(186)	864
Outros Ativos		(888)	404
Contas a Pagar		9.504	(12.476)
Impostos e Contribuições	16	158.335	183.131
Débitos de Operações com Capitalização	13	1.283	(2.627)
Depósito de Terceiros	17	3.903	-
Provisões Técnicas - Capitalização	18	(397.093)	(920.187)
Provisões Judiciais	11	92.716	63.021
Caixa Gerado pelas Operações		577.992	175.772
Impostos e Contribuições sobre o Lucro pagos		(186.623)	(159.370)
Juros Pagos		(24.596)	(1.444)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		366.773	14.958
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(14.919)	(1.188)
(-) Pagamento pela compra:		(1.139)	(319)
Imobilizado	12	(13.780)	(869)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(14.919)	(1.188)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	250.000
Aquisição de empréstimos		-	250.000
Pagamento de empréstimos		(253.892)	-
Arrendamento Mercantil Pagos	19	(1.692)	(1.255)
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		(95.676)	(262.179)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(351.260)	(13.434)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		594	336
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		370	34
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		964	370

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
				Legal	Outras Reservas de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		354.398	-	70.734	359.695	(18.606)	-	766.221
Distribuição Dividendos Adicionais por meio de Reservas de Lucros (R\$0,48 por ação)	21	-	-	-	(191.190)	-	-	(191.190)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	18.498	-	18.498
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	280.770	280.770
Constituição da Reserva Legal	21	-	-	146	-	-	(146)	-
Pagamento de Dividendos Intermediários por meio do resultado do 1º semestre de 2024 (R\$ 0,18 por ação)		-	-	-	-	-	(70.555)	(70.555)
Constituição da Reserva de Lucros	21	-	-	-	210.069	-	(210.069)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		354.398	-	70.880	378.574	(108)	-	803.744
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	108	-	108
Aumento de capital em Aprovação conforme AGO/AGE de 31 de março de 2025	21.5	-	48.602	-	(48.602)	-	-	-
Aprovação do Aumento de Capital Portaria CGRAJ SUSEP 2783 de 20 de outubro de 2025	21.5	48.602	(48.602)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	341.475	341.475
Constituição da Reserva Legal	21.2	-	-	9.720	-	-	(9.720)	-
Pagamento de Dividendos Antecipados por meio do resultado do 1º semestre de 2025 (R\$ 0,11 por ação)	21.3	-	-	-	-	-	(45.957)	(45.957)
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio R\$ 0,12 por ação	21.4							

BRASILCAP

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

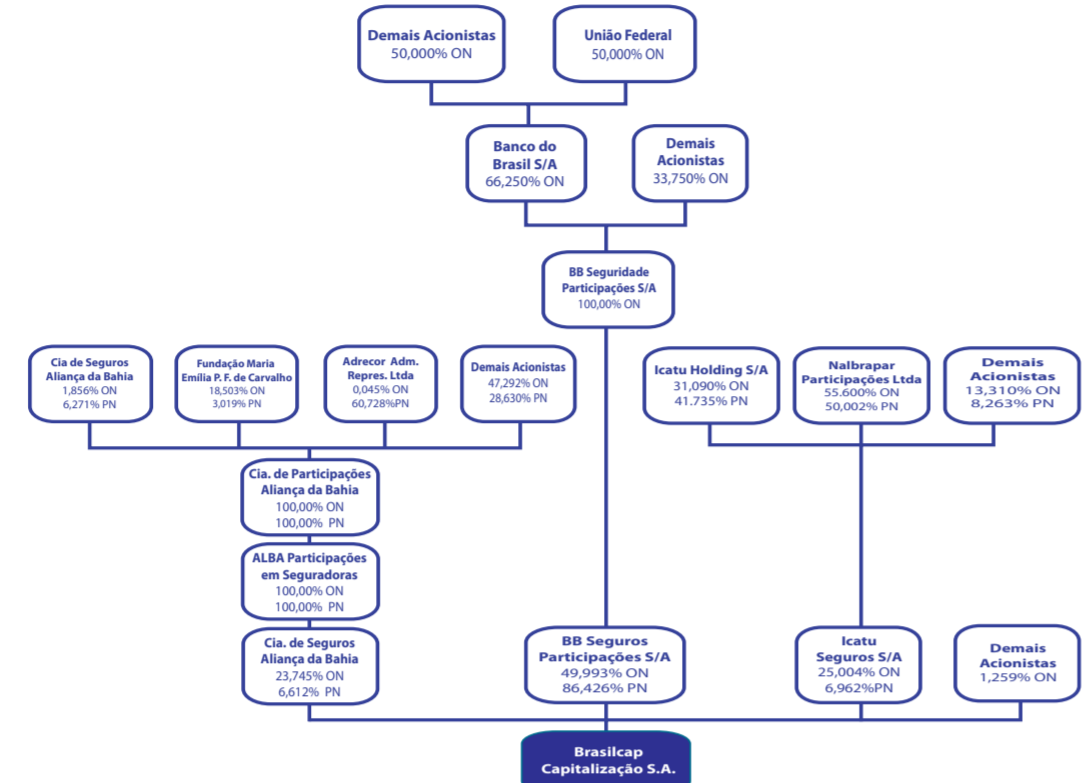
CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a instituir e comercializar planos de Capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de Capitalização. Está inscrita sob o CNPJ 15.138.043/0001-05 estabelecida na Avenida República do Chile, nº 330, Bloco 1, sala 701, Centro, Rio de Janeiro. A Brasilcap Capitalização S.A. tem como principais acionistas (Ações Ordinárias - ON), a BB Seguros Participações S.A. com 49,99%, a Icatu Seguros S.A. com 25,00%, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia com 23,75% e demais acionistas com 1,26% das ações. A Composição Acionária completa, incluindo as Ações Preferenciais - PN, está demonstrada abaixo e na nota explicativa nº 21.



A Brasilcap ocupa uma posição de destaque no seu segmento de atuação e oferece títulos de capitalização que ajudam os clientes a realizarem seus projetos por meio da acumulação de reservas financeiras e de valores distribuídos em sorteios. O principal canal de venda e distribuição da Companhia é a rede de agências do Banco do Brasil, o qual é acionista controlador da BB Seguros Participações S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação das Demonstrações Financeiras
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, emitida em 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nas Demonstrações Financeiras:

- Os Instrumentos Financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR);
- Os Instrumentos Financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e
- Os Instrumentos Financeiros mensurados ao custo amortizado (CA).

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo, a não ser que, explicitamente, seja indicada em contrário.

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração, em reunião datada de 04 de fevereiro de 2026.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para os registros de certas transações que afetam os Ativos e os Passivos, as Receitas e as Despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras encontram-se nas seguintes notas:

- **Nota explicativa nº 6** - Avaliação do valor justo de determinados Instrumentos Financeiros;
- **Nota explicativa nº 10** - Reconhecimento e avaliação de Créditos Tributários Diferidos;
- **Nota explicativa nº 11** - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes;
- **Nota explicativa nº 12** - Ativo Intangível.

A Companhia revisa periodicamente as estimativas, premissas aplicadas e o reconhecimento contábil dos seus efeitos, que porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

2.6. Gestão do Capital

Na Gestão do Capital, a Companhia observa a alocação de Capital Baseado em Risco, conforme normas vigentes da SUSEP, tendo como objetivo manter o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado acima do CMR - Capital Mínimo Requerido.

Atualmente, a apuração da solvência regulatória é regida pela Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores. Especificamente para a Capitalização, entre as alterações trazidas por esse normativo, destaca-se a forma de apuração do superávit das provisões matemáticas que, a partir de 2 de janeiro de 2024, passou a ser considerado também quando o valor se apresentar negativo, podendo gerar redução no valor do PLA (Art. 56 inciso 2 alínea f). Até o momento, não houve impacto na apuração da solvência da Companhia.

A suficiência de capital, para a data-base 31 de dezembro de 2025, foi calculada de acordo com normas do CNSP para apuração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), em seus níveis de qualidade, demonstrados conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Exigência de Capital Mínimo Requerido		
Patrimônio Líquido (nota explicativa nº 4.2)	1.049.567	803.744
Créditos Tributários de diferenças temporárias	(213.988)	(195.362)
Despesa Antecipada	(5.322)	(5.136)
Ativos Intangíveis	(14.386)	(923)
Obra de arte	(3)	(3)
Imóveis	(166)	(166)
Ajustes Contábeis	(233.865)	(201.590)
Mais ou menos valia dos Ativos mensurados ao custo amortizado	(190.713)	(425.579)
PLA nível 1	654.989	176.575
Superávits Fluxos Realistas relativos ao PLA nível 2	44.363	54.109
Ajustes relativos ao PLA nível 3	33.134	29.417
PLA nível 2 + PLA nível 3	77.497	83.526
Patrimônio Líquido Ajustado	732.486	260.101
Capital Base	10.800	10.800
Capital Adicional de Risco de Crédito	43.194	41.365
Capital Adicional de Risco de Subscrição	41.216	43.846
Capital Adicional de Risco de Mercado	153.617	124.745
Capital Adicional de Risco Operacional	32.674	33.873
Benefício da Correlação entre Riscos	(49.808)	(47.711)
Capital de Risco	220.893	196.118
Solvência = Razão entre PLA e CMR - %	331,60%	132,62%
Excesso de Capital - R\$ mil	511.593	63.983
Exigência de cobertura de provisões técnicas	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Garantidores (nota explicativa nº 7)	11.972.500	11.125.568
Provisões Técnicas (nota explicativa nº 7)	11.361.076	11.020.215
Excesso de cobertura	611.424	105.353

3. Políticas Contábeis Materiais

A descrição das políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras está informada nas respectivas notas explicativas. As práticas contábeis adotadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.1. Novas normas e interpretações ainda não adotadas e/ou ainda não aplicáveis

Normas e interpretações revisadas já emitidas, mas que não foram referendadas pela SUSEP até 31 de dezembro de 2025, e por isto não estão sendo adotadas de forma antecipada pela Companhia.

- Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substitui a IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*. A IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, dispõe sobre divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras. A IFRS 18 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. Em 10 de outubro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 51 - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis, que corresponde ao IFRS 18 no ambiente brasileiro. Nesta mesma data, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28, promovendo alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico nº 51 (IFRS 18). A Companhia aguarda a regulamentação da norma pela SUSEP.

- Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - *Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures* a qual permite que uma subsidiária reduza substancialmente suas divulgações. Para ser elegível, a subsidiária não deve ter responsabilidade pública e sua controladora final ou intermediária deve elaborar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. No ambiente brasileiro, a norma ainda não foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Em setembro de 2024, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) aprovou o CBPS 01 e CBPS02, que requerem que a entidade divulgue informações sobre os riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade e ao clima. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio das NBC TDS01 e NBC TDS02 dispõe que a norma se aplica em, ou após, 1º de janeiro de 2026, contudo os pronunciamentos ainda não foram referendados pela SUSEP.

- Em maio de 2024, o IASB fez emendas na IFRS 9 (CPC 48) e na IFRS 7 (CPC 40 R1), introduzindo novos requisitos de divulgação, classificação de ativos financeiros e desreconhecimento de passivos financeiros. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. A companhia aguarda a regulamentação no ambiente brasileiro.

- Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), por meio da Resolução CNSP nº 471/24, dispõe que a empresa enquadrada no segmento S2 pela SUSEP, está obrigada a implementar o processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) até dezembro de 2026. O processo ORSA consistirá na adequação dos modelos próprios de riscos já existentes, a implantação de modelos para outros riscos, adequação de normativos internos, integração das avaliações de riscos por modelo próprio ao processo de planejamento estratégico, plano de negócios e plano de capital, confecção de relatório do ORSA e processo de validação.

A Companhia incluiu o ORSA como projeto corporativo para 2026, de forma a cumprir a exigência regulatória no prazo determinado.

Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que dispõe sobre as bases para a reforma tributária. O principal efeito é a nova forma de tributação sobre o consumo com a criação do IVA dual: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre os Estados, Distrito Federal e Municípios que substituirá cinco tributos PIS, COFINS, ICMS, IPI e ISS.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 que institui o IBS, CBS, o Imposto Seletivo (IS) e cria o Comitê Gestor do IBS. O normativo dispõe sobre as diretrizes gerais de regulamentação dos tributos mencionados.

Em 13 de janeiro de 2026 foi sancionada pelo Presidente da República a Lei Complementar nº 227, originária do Projeto de Lei Complementar n.º 108/2024, que institui a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispondo sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos, entre outros aspectos.

Em continuidade a implementação da Reforma Tributária, está sendo divulgado pela Receita Federal normas infralegais no que se refere a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que tem a função de operacionalizar, detalhar e viabilizar a nova sistemática tributária.

4. Gerenciamento de Riscos

4.1. Governança dos riscos

A estrutura de governança de riscos da Companhia contempla os Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Subscrição e Operacional, além de outros riscos inerentes ao negócio, devidamente monitorados pelos órgãos de governança da Companhia.

Por princípio e observância das boas práticas de Gestão de Riscos, a estrutura e processos de gestão e governança contemplam a segregação de funções entre negócio e gestão de risco, a existência de estrutura específica para avaliação e monitoramento de riscos, decisões colegiadas, política de Gestão de Riscos, Declaração de Apetite a Riscos, normas de Gestão de Riscos, de Governança de Riscos, de Análise Prévia de Mudanças, de apuração da Solvência e Liquidez. A estrutura organizacional de Gestão de Riscos é constituída pelas Gerências de Riscos Corporativos e de Conformidade, subordinadas diretamente ao Gerente Executivo de Riscos e Conformidade, estando esse subordinado ao Diretor de Riscos e Controles Internos.

A Gerência de Riscos Corporativos é responsável pelo acompanhamento e verificação de enquadramento aos limites definidos pelo Conselho de Administração, na Declaração de Apetite a Riscos e utiliza indicadores chaves de riscos, monitorados mensalmente.

As informações sobre exposição a riscos, bem como eventuais desenquadramentos são reportados aos respectivos Gerentes Executivos e Diretores, à Diretoria Executiva e aos Órgãos de Governança, conforme estabelecido na Política de Gestão de Riscos, na Declaração de Apetite a Riscos e na Norma de Gestão de Riscos da Companhia.

A Auditoria Interna, órgão permanente da Companhia, é responsável por avaliar e emitir pareceres periódicos sobre os processos de gestão de riscos. Os pontos identificados pelos auditores internos são registrados como recomendações de auditoria interna e geram ações administrativas e gerenciais de melhoria, para tratamento das causas e efeitos de cada fragilidade observada.

4.2. Risco de Mercado

Política de Riscos de Mercado
A Política de Liquidez e Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, contempla todos os Ativos Financeiros e a diretriz sobre a utilização de Instrumentos Derivativos para fins de proteção (hedge).

Exposição aos Riscos de Mercado

A demonstração da exposição aos Riscos de Mercado da Companhia nos últimos períodos pode ser vista no quadro a seguir:

Fatores de Risco	31/12/2025	31/12/2024		
Taxa de Juros Prefixada	6.478.711	52,93%	8.496.667	71,02%
Taxa de Juros Pós-Fixada	5.708.969	46,64%	3.400.644	28,42%
Derivativos p/Hedge (Ajustes)	-	-	6.064	0,05%
Ações Cia. Aberta (*)	1.282	0,01%	1.648	0,01%
Caixa/Compromissadas 1 dia (*)	51.393	0,42%	60.267	0,50%
Total	12.240.355	100,00%	11.965.290	100,00%

(*) Contempla o fundo de investimento de curto prazo.

Análise de Sensibilidade

Para elaboração da Análise de Sensibilidade das posições passivas e ativas da Companhia, considerou-se a possibilidade de ocorrência de um cenário eventual, no qual a taxa básica de juros e os cupons de juros dos papéis indexados a índices de inflação sofreriam aumento ou redução da ordem de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual). Esta metodologia não faz juízo de qual choque poderia ocorrer sobre os fatores de riscos, atribuindo variação unitária a esses fatores e considerando que variações de outra grandeza teriam impactos proporcionais sobre os montantes da carteira de investimentos. Os resultados dos testes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Após IR/CS	Antes do IR/CS	Após IR/CS	Antes do IR/CS
Efeito sobre o Patrimônio Líquido				
Elevação das Taxas de Juros em 1 ponto percentual:				
Taxa de Juros Prefixada	(481)	(802)	34.383	57.306
Taxa de Juros Pós-Fixada	98.677	164.462	86.994	144.991
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	-	-	-	1
Total	98.196	163.660	121.377	202.298
Redução da Taxa de Juros em 1 ponto percentual:				
Taxa de Juros Prefixada	490	816	(37.194)	(61.989)
Taxa de Juros Pós-Fixada	-	-	-	(1)
TR Passivo (Títulos de Capitalização)	(101.632)	(169.387)	(89.501)	(149.168)
Total	(101.142)	(168.570)	(126.699)	(211.156)

O quadro, abaixo, demonstra a composição de Ativos e Passivos da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024		
Ativo Total	13.943.919	100,00%	13.531.150	100,00%
Aplicações Financeiras	12.239.073	87,77%	11.963.642	88,42%
Fundo de Renda Variável (1)	1.282	0,01%	1.648	0,01%
Depósitos Judiciais (2)	1.405.053	10,08%	1.315.059	9,72%
Demais Ativos (4)	298.511	2,14%	250.801	1,85%
Passivo Total	13.943.919	100,00%	13.531.150	100,00%
Provisões Técnicas	11.361.076	81,48%	11.020.215	81,44%
Provisões Judiciais Fiscais (3)	1.390.271	9,97%	1.297.628	9,59%
Demais Passivos (5)	143.005	1,02%	409.563	3,03%
Patrimônio Líquido (nota explicativa 2.6)	1.049.567	7,53%	803.744	5,94%

As oscilações dos Fundos de Renda Variável (1) e das Provisões de Bônus são reconhecidas nos resultados da Companhia em igual valor. Os resultados destas oscilações são totalmente creditados ou debitados aos titulares dos produtos Ourocap Flex. Atualmente o produto não é mais comercializado, restando valores residuais na ordem de 0,01% dos ativos totais da Companhia, não significativo para avaliação de riscos da Companhia.

Os valores registrados no Ativo como Depósitos Judiciais (2) e, no Passivo, como Provisões Judiciais Fiscais (3) são contas de mesma natureza. Uma vez efetuado o depósito judicial, qualquer alteração na sua remuneração afetará tanto a obrigação quanto o ativo representado pelo depósito judicial, com efeito reduzido sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Essas características e o fato desses ativos e passivos não poderem ser negociados justificam sua exclusão para fins do Teste de Análise de Sensibilidade.

A Companhia avaliou a exposição aos riscos dos Demais Ativos (4) e Demais Passivos (5) e concluiu não haver necessidade de se efetuar Testes de Análise de Sensibilidade, em face da pequena representatividade e por se tratar de contas que não estão sujeitas aos efeitos dos fatores de Risco de Mercado.

4.3. Risco de Liquidez

Gestão do Risco de Liquidez

As tabelas, abaixo, demonstram os fluxos de caixa dos ativos em seus respectivos vencimentos e o fluxo de caixa das saídas das Provisões Técnicas, considerando seus prazos contratuais.

Aplicações Financeiras	31/12/2025				31/12/2024			
	Até 1 ano	Acima 1 até 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 1 ano	Acima 1 até 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos	232.105	4.732.151	6.965.529	11.929.785	2.115.395	5.561.780	3.996.414	11.673.589
Títulos de Renda Fixa - Privados	90.622	183.744	27.413	301.779	43.752	179.743	39.616	263.111
Fundo de Renda Variável	1.282	-	-	1.282	1.648	-	-	1.648
Instrumento Financeiro - DI Futuro	-	-	-	-	5.803	-	-	5.803
Fundo Não Exclusivo	7.509	-	-	7.509	21.139	-	-	21.139
Total	331.518	4.915.895	6.992.942	12.240.355	2.187.737	5.741.523	4.036.030	11.965.290
Provisões Técnicas								
Provisão para Resgates	5.882.040	4.933.173	467.740	11.282.953	5.632.568	5.248.770	59.734	10.941.072
Provisão para Sorteios	25.583	40.604	11.936	78.123	20.948	55.751	79.143	149.843
Total	5.907.623	4.973.777	479.676	11.361.076	5.653.516	5.304.341	62.358	11.020.215

As Provisões Técnicas são reconhecidas integralmente no Passivo Circulante em razão dos titulares terem o direito de solicitar o resgate a qualquer tempo, obedecidas as condições gerais dos planos de capitalização.

A Companhia analisa periodicamente o descasamento de prazos entre ativos e passivos e entende que os Títulos Públicos Federais classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, presentes na carteira de investimentos, são ativos líquidos e apresentam volume suficiente para cobertura de eventuais necessidades financeiras que venham a existir.

4.4. Risco de Crédito

Política de Risco de Crédito
Aplicação em títulos que envolvam exposição ao Risco de Crédito na Carteira de Investimentos da Companhia deverá seguir os parâmetros estabelecidos pela Política de Liquidez e Investimentos.

Sistemas de Mensuração

A Companhia avalia sua exposição em Títulos Privados baseada nas notas de rating das principais agências do mercado, na análise do Gestor da Carteira, com nomenclatura local eapura o risco de forma quantitativa, por modelo próprio, baseado em matrizes de transição de rating.

	31/12/2025	31/12/2024
Rating		</



BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025		31/12/2024	
	IR	CS	IR	CS
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos				
Ativos Tributários Diferidos.....	128.487	101.282	130.963	77.468
Passivos Tributários Diferidos.....	(8.802)	(6.980)	(8.168)	(4.901)
Total dos Créditos Tributários Diferidos	119.685	94.302	122.795	72.567

Existem valores de Imposto de Renda e Contribuição Social, nos montantes de R\$ 25.798, em 31 de dezembro de 2025, e R\$ 28.981 em 31 de dezembro de 2024. (Finor, eventos Cinematográficos e outras provisões) controlados na Escrituração Contábil Fiscal - ECF que não possuem Créditos Tributários Diferidos contabilizados nas Demonstrações Financeiras, uma vez que a Companhia julga serem de difícil realização fiscal (dedutibilidade).
Movimentação do Imposto de renda e Contribuição Social diferidos

	31/12/2025		31/12/2024	
	IR	CS	IR	CS
Saldo no início do exercício.....	122.795	72.567	126.755	74.978
Reconhecido no resultado.....	(3.065)	21.762	3.747	2.214
Reconhecido no patrimônio líquido.....	(45)	(27)	(17.707)	(4.625)
Saldo no final do exercício	119.685	94.302	122.795	72.567

Expectativa de Realização dos Créditos Tributários Diferidos
Em atendimento a Circular SUSEP nº 648/2021, Inciso II, Artigo nº 130, e alterações posteriores, apresentamos, abaixo, os prazos estimados para a realização dos Créditos Tributários Diferidos acima demonstrados.

Ano	IRPJ	CSLL	TOTAL	%
2026.....	697	953	1.650	0,77%
2027.....	1.252	876	2.128	0,99%
2028.....	115.205	89.017	204.222	95,44%
2029.....	(227)	1.250	1.023	0,48%
2030.....	896	717	1.613	0,75%
2034/2036.....	1.862	1.489	3.351	1,57%
Total	119.685	94.302	213.987	100,00%

Imposto de renda e Contribuição Social apurados no Exercício
Apresentamos, a seguir, a reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

	31/12/2025		31/12/2024	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes do IR e da CSLL e após a Participação dos Empregados	481.178	481.178	441.955	441.955
Resultado antes dos Tributos.....	493.786	493.786	451.418	451.418
Participações dos Administradores e Empregados.....	(12.608)	(12.608)	(9.463)	(9.463)
Adições/(Exclusões) Permanentes	(38.749)	(43.049)	10.445	7.254
Despesas/Reversões não dedutíveis.....	11.054	6.754	10.445	7.254
Juros sobre Capital Próprio (JCP).....	(49.803)	(49.803)	-	-
Adições/(Exclusões) Temporárias	(12.272)	(10.334)	14.977	14.754
Ajustes a valor justo de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros.....	(12.174)	(12.174)	14.770	14.770
Provisões para Processos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis.....	50	50	(227)	(224)
Outras Adições/Exclusões.....	(148)	1.790	434	208
Base de Cálculo dos Encargos Incidentes	430.157	427.795	467.377	463.963
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	102.308	64.169	111.254	69.594
Alíquota de 15%.....	64.523	64.169	70.107	69.594
Adicional de 10%.....	42.992	-	46.714	-
Incentivos Fiscais.....	(5.207)	-	(5.569)	-
Tributos Diferidos (*).....	3.065	(21.762)	(3.747)	(2.214)
Subtotal.....	105.373	42.407	107.504	67.380
Alíquotas Efetivas	21,90%	8,81%	24,32%	15,25%
Ajuste de Exercícios Anteriores (**)	(4.833)	(3.244)	(1.492)	(12.207)
Total dos Tributos	100.540	39.163	106.012	55.173

(*) A Companhia registrou R\$ (21.762) referente à constituição dos ativos fiscais diferidos decorrentes da LC 224/2025 utilizando-se as alíquotas vigentes na data em que se espera realizar os respectivos créditos.
(**) Em 2024 a Companhia registrou R\$ 11.288 decorrente da decisão favorável com trânsito em julgado relativa à anterioridade nonagesimal da CSLL, instituída pela Lei 13.169/2015, que majorou a alíquota de 15% para 20% a partir de janeiro de 2016. Além disso, através da Lei 11.196/2005 (Lei do Bem), em 2025, a Companhia obteve junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a aprovação parcial das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, registrando o crédito de IRPJ e CSLL na ordem de R\$ 4.833 e R\$ 3.244, respectivamente.

11. Depósitos Judiciais e Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis
Prática contábil
A Companhia, em conformidade ao CPC 25, provisiona as suas obrigações prováveis e apenas divulga em notas explicativas as consideradas possíveis.
As provisões para as Ações Judiciais relacionadas a natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, baseadas na legislação vigente e pareceres jurídicos internos e externos. São contabilizadas com base nos normativos vigentes e nas opiniões do Departamento Jurídico Interno e dos Consultores Legais Independentes sobre o provável resultado dos processos judiciais.
As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Outros Débitos - Provisões Judiciais", no Passivo Não Circulante, independentemente da probabilidade de perda, por se tratar de obrigações legais. Os correspondentes Depósitos Judiciais estão contabilizados na rubrica "Títulos e Créditos a Receber - Depósitos Judiciais e Fiscais", no Ativo Não Circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.
As Ações Judiciais de natureza Cível e Trabalhista, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente de acordo com a avaliação do Departamento Jurídico Interno e Consultores Legais Independentes e atualizadas mensalmente pelo índice de correção do FGTS no caso das ações trabalhistas. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado.
Os Depósitos Judiciais Trabalhistas são contados considerados à disposição do Juízo e são corrigidos pelo índice da poupança, conforme art. 899 § 4º da Lei nº 13.467/2017. Os Depósitos Judiciais Cíveis são corrigidos por índice próprio da Instituição Financeira que é responsável pelo depósito. Os depósitos judiciais tributários são corrigidos pela taxa Selic e/ou TR.
A premissa para classificação dos Depósitos e das Provisões Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis entre Passivo Circulante e Não Circulante leva em consideração a expectativa da Administração em relação aos extensos prazos para finalização dos processos nos tribunais.

Composição
a. **Composição dos Depósitos Judiciais Fiscais, Trabalhistas e Cíveis**

	Saldos em 31/12/2024		Atualização Monetária		Liquidação Financeira		Reversão		Saldos em 31/12/2025	
CSLL.....	432.435	-	38.001	-	(8.453)	-	-	-	461.983	-
COFINS.....	767.368	-	52.390	-	-	-	-	-	819.758	-
PIS.....	114.947	-	8.147	-	-	-	-	-	123.094	-
Fiscais	1.314.750	-	98.538	-	(8.453)	-	-	-	1.404.835	-
Trabalhistas.....	309	-	-	-	-	(113)	-	-	196	-
Total	1.315.059	-	98.560	-	(8.453)	(113)	-	-	1.405.053	-

	Saldos em 31/12/2023		Atualização Monetária		Liquidação Financeira		Reversão		Saldos em 31/12/2024	
CSLL.....	382.352	20.822	29.261	-	-	-	-	-	432.435	-
COFINS.....	726.995	-	40.373	-	-	-	-	-	767.368	-
PIS.....	108.669	-	6.278	-	-	-	-	-	114.947	-
Fiscais	1.218.016	20.822	75.912	-	-	-	-	-	1.314.750	-
Cíveis.....	4	-	2	-	-	(6)	-	-	309	-
Trabalhistas.....	422	3	17	-	-	(133)	-	-	309	-
Demais Depósitos	426	3	19	-	-	(139)	-	-	309	-
Total	1.218.442	20.825	75.931	-	-	(139)	-	-	1.315.059	-

	Saldos em 31/12/2024		Atualização Monetária		Liquidação Financeira		Reversão		Saldos em 31/12/2025	
CSLL.....	415.856	-	36.810	-	(4.717)	-	-	-	447.949	-
COFINS.....	767.368	-	52.390	-	-	-	-	-	819.758	-
PIS.....	114.273	-	8.147	-	-	-	-	-	122.420	-
JCP.....	131	-	13	-	-	-	-	-	144	-
Provisões Fiscais	1.297.628	-	97.360	-	(4.717)	-	-	-	1.390.271	-
Cíveis.....	288	595	-	-	-	(344)	-	-	539	-
Trabalhistas.....	446	125	-	-	-	(303)	-	-	268	-
Demais Provisões	734	720	-	-	-	(647)	-	-	807	-
Total	1.298.362	720	97.360	-	(5.364)	-	-	-	1.391.078	-

	Saldos em 31/12/2023		Atualização Monetária		Liquidação Financeira		Reversão		Saldos em 31/12/2024	
CSLL.....	399.290	7.083	28.496	-	-	(19.013)	-	-	415.856	-
COFINS.....	726.995	-	40.373	-	-	-	-	-	767.368	-
PIS.....	107.995	-	6.278	-	-	-	-	-	114.273	-
JCP.....	121	-	10	-	-	-	-	-	131	-
Provisões Fiscais	1.234.401	7.083	75.157	-	-	(19.013)	-	-	1.297.628	-
Cíveis.....	273	182	-	-	-	(167)	-	-	288	-
Trabalhistas.....	667	257	-	-	-	(478)	-	-	446	-
Demais Provisões	940	439	-	-	-	(645)	-	-	734	-
Total	1.235.341	7.522	75.157	-	-	(19.658)	-	-	1.298.362	-

Detalhamento dos Processos por Natureza de Risco de Perda:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Estimado	Valor Contabilizado	Valor Estimado	Valor Contabilizado
Obrigações Legais - Fiscal				
Provável.....	456.890	456.890	530.260	530.260
Possível.....	933.381	933.381	2	-
Remota.....	-	-	767.368	767.368
Total	1.390.271	1.390.271	1.297.628	1.297.628
Trabalhistas				
Provável.....	268	268	9	446
Possível.....	8.369	-	20	2.070
Remota.....	3.278	-	6	3.250
Total	11.915	268	35	5.766
Cíveis e Outras				
Provável.....	539	539	36	288
Possível.....	282	-	58	429
Remota.....	277	-	37	354
Total	1.099	539	131	1.071
Totais				
Provável.....	457.697	457.697	48	530.994
Possível.....	942.032	933.381	80	2.499
Remota.....	3.555	-	43	770.972
Total	1.403.284	1.391.078	171	1.304.465

As probabilidades de perdas das ações ajuizadas pela Companhia são convalidadas pela Administração tendo como base a avaliação dos advogados que patrocinam as causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação, sob o acompanhamento de sua área jurídica.

11.1. Obrigações Legais - Fiscais com Natureza de Risco de Perda Provável
A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como prováveis de perda.
Em 31 de dezembro de 2025, as principais causas provisionadas são:

a) **Judicial - PIS** - Refere-se ao mandado de segurança impetrado com a finalidade de assegurar o direito líquido e certo de garantir inaplicabilidade da EC nº 17/1997, no que refere ao PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, considerando o disposto no art. 195, § 6º, da CF. O valor provisionado deste processo, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 8.796 (R\$8.374 em 31 de dezembro de 2024) e o valor depositado, em 31 de dezembro de

2025, é de R\$ 9.470 (R\$ 9.048 em 31 de dezembro de 2024). Em 5 de dezembro de 2018, transitou em julgado decisão que reconheceu apenas anterioridade nonagesimal. Negado provimento ao recurso da Brasilcap, foi mantido o recolhimento do PIS conforme a LC nº 7/1970 para o período de julho de 1997 a fevereiro de 1998. O processo teve êxito parcial para esse período e perda nos demais aspectos. Os valores relativos aos três meses de apuração, totalizam R\$ 702 em depósitos judiciais. O Juízo determinou a transferência do valor para a Brasilcap, no entanto a transferência ainda não foi realizada pela Caixa Econômica Federal. A provisão correspondente foi revertida em 2021.

b) **Judicial - CSLL** - Refere-se ao mandado de segurança, questionando a majoração da alíquota de 15% para 20%. O valor provisionado deste processo, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 447.949 (R\$ 415.856 em 31 de dezembro de 2024) e o valor depositado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 461.983 (R\$ 432.435 em 31 de dezembro de 2024). Em outubro de 2022, acórdão concedeu parcialmente a segurança quanto ao período nonagesimal. Embargos e recursos da Fazenda Nacional e Pública foram negados, com trânsito em julgado em 19 de março de 2024. O montante de R\$ 19.013 referente ao período nonagesimal foi baixado da provisão em abril de 2024, sendo R\$ 11.288 de principal e R\$ 7.725 de atualização pela Selic. Aguarda-se o fim da liquidação da sentença para levantamento do valor total e conversão do excedente em renda para a União. Em julho de 2025 já houve o levantamento parcial de R\$ 8.453.

11.2. Obrigações Legais - Fiscais com a Natureza de Risco de Perda Possível
A Companhia constitui provisão para as causas classificadas como possível de perda.
Em 31 de dezembro de 2025, as principais causas provisionadas são:

a) **Judicial - COFINS** - Refere-se à inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 que revogou a isenção de COFINS concedida às sociedades de capitalização (LC nº 70/1991) e ampliou a base de cálculo (definiu "faturamento" como "receita bruta"). O valor provisionado deste processo, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 819.759 (R\$ 767.368 em 31 de dezembro de 2024) e o valor depositado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 819.759 (R\$ 767.368 em 31 de dezembro de 2024). Em fevereiro de 2022, a Companhia deixou de efetuar os depósitos judiciais referentes a este processo, passando a recolher o tributo diretamente à Receita Federal. Em junho de 2023, o STF, no RE 609.096/RS (Tema 372), decidiu que receitas brutas de instituições financeiras integram a base de cálculo do PIS e COFINS, com exclusões legais. O processo foi suspenso em 11/10/2024, por tratar da mesma controvérsia do RE 1479774, submetido à Repercussão Geral (Tema 1309).

b) **Judicial - PIS** - Refere-se à Contribuição ao PIS e a consideração das receitas de Capitalização na base de cálculo do PIS e o alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS promovido pela Lei nº 9.718/1998. O valor provisionado deste processo, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 113.624 (R\$105.899 em 31 de dezembro de 2024) e o valor depositado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 113.624 (R\$105.899 em 31 de dezembro de 2024). Após sentença e apelações desfavoráveis, os autos foram remetidos ao STF para julgamento do recurso extraordinário. Desde fevereiro de 2022, a Companhia deixou de realizar depósitos judiciais, recolhendo tributos diretamente à Receita Federal. Em junho de 2023, o STF decidiu no RE 609.096/RS (Tema 372) que receitas operacionais típicas de instituições financeiras integram a base de cálculo do PIS e COFINS, com exclusões legais aplicáveis. O processo retornou ao tribunal de origem para análise com base nessa decisão.

12. Intangível
Prática Contábil
Os softwares adquiridos de terceiros são reconhecidos, inicialmente, pelo custo de aquisição e, subsequentemente, são deduzidas as amortizações acumuladas ao longo de sua vida útil econômica e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
Os softwares gerados internamente são reconhecidos como ativo quando atendem a definição de intangível (CPC04 - R1) e, é possível demonstrar: (i) a intenção e capacidade financeira de concluir o desenvolvimento, (ii) geração de benefício econômico futuro e (iii) o seu custo possa ser mensurado confiavelmente. As amortizações são calculadas pelo método linear e iniciadas quando da conclusão do software.
Os softwares adquiridos de terceiros e os softwares desenvolvidos internamente são amortizados as taxas de 20% aa e 10% aa, respectivamente.

	Saldo em 31/12/2024		Adições		Transf. - rências		Amorti- zações		Saldo em 31/12/2025	
Software gerado internamente - em desenvolvimento.....	-	-								

BRASILCAP

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ 15.138.043/0001-05

www.brasilcap.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição e Movimentação das Provisões Técnicas	Provisão para Resgate				Provisão para Sorteio		
	PMC	PR	PDB	PSR	PSP	PSC	Total
Saldo em 31/12/2023	10.609.989	632.948	2.831	78.984	10.965	-	11.335.717
Constituições	6.083.992	5.789	-	105.487	62.635	360	6.258.263
Reversões	-	(1)	-	(118.179)	-	(358)	(118.538)
Cancelamentos	(98.168)	-	-	(536)	-	-	(98.704)
Transferências	(6.953.739)	6.954.839	(1.100)	-	(62.724)	-	(6.961.208)
Pagamentos	-	(6.898.484)	-	-	-	-	(6.898.484)
Atualização monetária e Juros	678.284	5.877	-	2.442	111	-	686.714
Variação de cotas de Renda Variável	-	-	(236)	-	-	-	(236)
Prescrição	-	(38.299)	-	-	(44)	-	(38.343)
Penalidade (*)	(43.461)	11	-	-	-	-	(43.450)
Saldo em 31/12/2024	10.276.897	662.680	1.495	68.198	10.943	2	11.020.215
Constituições	6.120.642	2.718	-	86.495	79.822	1.702	6.291.379
Reversões	-	(50)	-	(92.968)	(139)	(1.672)	(94.829)
Cancelamentos	(87.971)	-	-	(612)	-	-	(88.583)
Transferências	(6.595.585)	6.596.811	(1.226)	-	(75.033)	-	(6.505.061)
Pagamentos	-	(6.430.028)	-	-	-	-	(6.430.028)
Atualização monetária e Juros	803.404	13.384	-	2.381	226	-	819.395
Variação de cotas de Renda Variável	-	-	359	-	-	-	359
Prescrição	-	(35.272)	-	-	(1.222)	-	(36.494)
Penalidade (*)	(45.318)	13	-	-	-	-	(45.305)
Saldo em 31/12/2025	10.472.069	810.256	628	63.494	14.597	32	11.361.076

(*) A penalidade corresponde a um fator de redução representado por um percentual aplicado à tabela de resgate decorrente de solicitação de resgate antecipado, previsto nas Condições Gerais dos planos de capitalização.

19. Outros Valores e Bens

19.1. Ativo de Direito de Uso

Prática Contábil

Os ativos de direito de uso são mensurados pelo valor total dos pagamentos futuros descontados a uma taxa de incremental de juros, deduzidos das depreciações acumuladas e redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear, conforme os prazos contratuais. Os arrendamentos de curta duração (inferiores a 12 meses) ou de ativos subjacentes de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo da vigência do contrato.

Composição e movimentação dos ativos de direito de uso:

Contratos:	depreciação	Saldo em 31/12/2024	Novos Contratos Remensurações	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Imóveis	10% a.a.	9.555	523	(1.505)	(130)	8.443
Equipamentos de TI	25% a.a.	1.102	-	(375)	-	727
Veículos	40% a.a.	121	5	(74)	-	52
		10.778	528	(1.954)	(130)	9.222

Contratos:	depreciação	Saldo em 31/12/2023	Novos Contratos Remensurações	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	10% aa	10.635	478	(1.558)	-	9.555
Equipamentos de TI	25% aa	405	1.164	(304)	(163)	1.102
Veículos	40% aa	14	146	(39)	-	121
		11.054	1.788	(1.901)	(163)	10.778

20. Débitos Diversos

20.1. Passivos de Arrendamento

Prática Contábil

Os Passivos de Arrendamento são reconhecidos na data de início pelo valor total dos pagamentos futuros trazidos a valor presente pela taxa de desconto e o prazo do contrato, acrescidos dos juros e deduzidos dos pagamentos realizados. Anualmente, no mínimo, atualizamos o valor do aluguel fixo pelos indexadores de inflação previstos em contrato. A partir dessa atualização, recalculamos o novo fluxo de pagamento e os reflexos reconhecemos em contrapartida ao ativo direito de uso.

Contratos:	depreciação	Saldo em 31/12/2024	Novos Contratos Remensurações	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Imóveis	10% aa	10.635	478	(1.558)	-	9.555
Equipamentos de TI	25% aa	405	1.164	(304)	(163)	1.102
Veículos	40% aa	14	146	(39)	-	121
		11.054	1.788	(1.901)	(163)	10.778

21. Patrimônio Líquido

21.1. Capital Social

O Capital Social totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 403.000 (R\$ 354.398 em 31 de dezembro de 2024), e está representado por 400.340.000 de ações, sendo 216.010.804 ordinárias nominativas (ON) e 184.329.196 preferenciais nominativas (PN), sem valor nominal.

Acionistas	Ações ON		Ações PN		% PN Total Ações	% Capital Total
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025		
BB Seguros Participações S.A.	107.989.204	49.99	159.308.075	86.43	267.297.279	66,77
Icau Seguros S.A.	54.010.739	25,00	12.833.569	6,96	66.844.308	16,70
Cia. Seguros Aliança da Bahia	51.292.002	23,75	12.187.552	6,61	63.479.554	15,85
Acionistas Minoritários	2.718.799	1,28	-	-	2.718.799	0,68
Total	216.010.804	100,00	184.329.196	100,00	400.340.000	100,00

21.2. Reservas de Lucros

Reserva Legal

É constituída ao final do exercício social, à razão de 5% sobre o Lucro Líquido de cada exercício até atingir o limite de 20% do Capital Social, em conformidade às disposições da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia. Em 2025, a Companhia constituiu Reserva Legal no montante R\$ 9.720, atingindo limite máximo previsto na Lei 6.404/76.

Outras Reservas de Lucros

São compostas por Reservas Suplementares para futuro aumento de capital, para compensar prejuízos acumulados, podendo ter outra destinação, conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração. Fica esta reserva limitada ao valor do Capital Social, conforme estabelecido no artigo nº 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

No exercício de 2025, as Reservas de Lucro ultrapassaram o Capital Social, cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do valor excedente, conforme demonstrado abaixo:

Reserva Legal	80.600
Outras Reservas de Lucro	565.967
Reservas de Lucro	646.567
Capital Social	403.000
Excedente - Art. nº 199 da Lei 6.404/76	243.567

21.3. Dividendos

Aos acionistas são garantidos estatutariamente Dividendos Mínimos equivalentes a 25% do Lucro Líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor e a Política de Gestão de Capital da Companhia.

Em reunião realizada em 13 de outubro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, ad referendum da Assembleia, a proposta da Administração para pagamentos de dividendos antecipados no montante de R\$45.957, com origem no lucro líquido apurado no semestre findo de 30 de junho de 2025, pagos em 15 de outubro de 2025.

Em reunião realizada em 04 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Administração para o pagamento de Dividendos Adicionais no montante de R\$ 235.995, os quais, somados aos dividendos antecipados e aos Juros sobre Capital Próprio já pagos, correspondem a 100% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal. Na mesma reunião, foi aprovada também a distribuição de dividendos adicionais à conta de Reservas de Lucros no valor de R\$ 9.005, totalizando um montante de R\$245.000.

21.4. Juros Sobre o Capital Próprio (JCP)

A Lei nº 9.249/1995, por meio do artigo 9º, instituiu como forma de remuneração do capital próprio das Empresas, os Juros sobre o Capital Próprio (JCP). O JCP foi calculado aplicando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), *pro rata die* até a data do pagamento.

Em 13 de outubro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, ad referendum da Assembleia, a proposta da Administração para o pagamento de JCP, sendo creditado aos acionistas o montante bruto de R\$ 49.803, contabilizado na rubrica despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas Demonstrações Financeiras, esses juros foram revertidos do Resultado do Exercício e estão sendo apresentados como destinação de resultado na conta de Lucros Acumulados.

Os dividendos e JCP foram distribuídos levando-se em consideração a Política de Gestão de Capital da Companhia.

21.5. Aumento de Capital Social

Em 20 de outubro de 2025 a SUSEP, por meio da Portaria CGRAF nº 2783, homologou o aumento de capital social deliberado pela Assembleia em 31 de março de 2025. O montante aprovado de R\$ 48.602 passou a compor o capital social da Companhia, somando R\$ 403.000, em 31 de dezembro de 2025.

21.6. Destinação do Resultado do Exercício

Demonstramos, abaixo, os cálculos da proposta de destinação do resultado referente aos exercícios de 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	341.475	280.770
Proposta de Distribuição do Lucro Líquido:		
Constituição da Reserva Legal	(9.720)	(146)
Dividendos Antecipados	(45.957)	(70.555)
Juros Sobre Capital Próprio	(49.803)	-
Constituição de Outras Reservas de Lucros	(235.995)	(210.069)
Lucro Líquido Destinado	(341.475)	(280.770)

22. Detalhamento das Contas da Demonstração de Resultado

Prática contábil

As receitas e despesas são registradas no período em que elas ocorrem, observado o regime de competência, sendo reconhecidas no resultado quando do recebimento ou informação do recebimento para as cotas de capitalização e sorteio da contribuição, e para as cotas de carregamento dos títulos de pagamento único o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate. O reconhecimento das despesas de Provisão Matemática para Capitalização, Provisão para Sorteio e demais Custos de Aquisição necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita. As Receitas e Despesas Financeiras são reconhecidas nas respectivas competências, sendo estimadas com base nas taxas de juros e atualizações monetárias contratadas. A Companhia por meio de Estudo Técnico comprovou que não há necessidade de diferir as receitas líquidas de títulos de Pagamento Único - PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos títulos são irrelevantes.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com Títulos de Capitalização		6.797.594	6.716.787
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio		6.207.140	6.189.366
Devolução e Cancelamento - Quotas de Capitalização e Sorteio		(88.681)	(132.005)
Contribuição - Quotas de Carregamento		688.495	702.318
Devolução e Cancelamento - Quotas de Carregamento		(9.300)	(42.892)
Varição das Provisões de Resgates		(6.035.698)	(5.991.376)
Reversão da Provisão para Resgate		88.021	98.169
Constituição da Provisão para Resgate		(6.120.642)	(6.083.992)
Despesas com Resgate		(2.718)	(5.789)
Constituição/Reversão de Provisão para Distribuição de Bônus		(359)	236
Varição da Provisão de Sorteios		(72.628)	(49.409)
Cancelamentos/Reversão da Provisão para Sorteios		93.580	118.715
Constituição da Provisão para Sorteios		(86.495)	(105.487)
Despesas com Títulos Sorteados		(79.693)	(62.635)
Varição da Provisão Complementar de Sorteios		(30)	(2)
Custo de Aquisição		(618.403)	(598.952)
Corretagem		(527.464)	(520.941)
Custeamento de Vendas		(90.939)	(78.011)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		79.282	79.695
Receita com Prescrição de Títulos de Capitalização		36.494	38.343
Receita com Resgates Antecipados de Títulos		45.305	43.450
Provisões para Ações Judiciais		(201)	(86)
Outras Receitas/Despesas		(2.316)	(2.012)
Despesas Administrativas		(130.370)	(128.267)

Pessoal Próprio		(75.097)	(75.156)
Prestadores de Serviços		(35.641)	(34.428)
Localização e Funcionamento		(7.588)	(7.538)
Arrendamento Mercantil		(40)	(41)
Publicidade e Propaganda		(7.744)	(6.359)
Publicações		(194)	(143)
Donativos e Contribuições		(3.042)	(3.737)
Diversas		(1.024)	(865)
Tributos		(44.141)	(41.908)
PIS		(5.737)	(5.411)
COFINS		(35.302)	(33.299)
Taxa de Fiscalização - SUSEP		(2.796)	(2.895)
Outros		(306)	(303)
Receitas Financeiras		1.464.704	1.266.601
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		825.572	530.410
Títulos de Renda Fixa - Privados	5,3	45.812	34.705
Contratos Futuros - DI	5,4	27.741	77.298
Quotas de Fundos de Investimento	5,3	751.258	416.943
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Fixa - Privados	5,3	761	1.464
Títulos Mensurados ao Custo Amortizado		634.153	663.536
Títulos de Renda Fixa - Públicos	5,3	634.153	663.536
Títulos Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		192	62.541
Títulos de Renda Fixa - Públicos	5,3	192	62.541
Outras Receitas		4.787	10.114
Despesas Financeiras		(947.026)	(800.996)
Títulos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(84.498)	(93.754)
Contratos Futuros - DI	5,4	(78.859)	(68.859)
Quotas de Fundos de Investimento	5,3	(471)	(471)
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Renda Fixa - Privados	5,3	(517)	(435)
Outras Despesas		(862.528)	(707.232)
Atualização Monetária e Juros das Provisões Técnicas	18	(819.395)	(686.714)
Taxa de Administração da Carteira		(12.547)	(12.547)
Juros e IOF sobre Empréstimos Bancários	15	(25.733)	(1.405)
Juros sobre Arrendamentos	20	(1.350)	(1.444)
Outras Despesas Financeiras		(3.503)	(2.826)
Resultado Patrimonial		58	(702)
Redução ao valor recuperável		58	(702)
Resultado na Alienação de Bens do Ativo não Circulante		(25)	(81)
Resultado de Outras Operações		439	16

23. Transações com Partes Relacionadas

Os saldos e o resultado líquido das transações com Partes Relacionadas estão demonstradas nos quadros a seguir de forma comparativa, conforme o CPC 05 (R1):

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Receita Despesa	Ativo	Passivo	Receita Despesa
Pessoal - Chave da Administração	516	4.277	(14.807)	510	1.885	(11.889)
Honorários e Encargos Sociais	27	114	(9.077)	74	74	(8.676)
Diretoria Executiva (1)	27	114	(5.122)	74	74	(4.450)
Conselho de Administração	-	-	(2.573)	-	-	(2.75

BRASILCAP**BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.****CNPJ 15.138.043/0001-05****www.brasilcap.com.br****RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. 2º SEMESTRE DE 2025****Introdução**

O Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia") é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração. Atua de forma independente e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras, avaliar a efetividade dos controles internos, da auditoria contábil independente e da auditoria interna.

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares aplicáveis.

A auditoria interna responde pela realização de trabalhos periódicos com foco nos principais riscos a que a Companhia está exposta, avaliando, com independência e objetividade, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação dos controles internos e da governança.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Brasilcap no 2º semestre de 2025. Avalia, também, adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações financeiras e adequação dos controles internos aos riscos suportados pela Companhia.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se com representantes da Companhia, fez diligências, requisitou documentos e informações, bem como promoveu discussões internas. Reuniu-se ainda com o Conselho de Administração, com o Presidente da Companhia e com o Conselho Fiscal. As atividades desenvolvidas foram registradas em atas e no relatório semestral, adiante sintetizadas.

Em suas reuniões, o Comitê abordou, em especial, os seguintes assuntos: sistema de controles internos; elaboração das demonstrações financeiras; projeções da solvência, cobertura de reservas e indicadores; reservas atuariais; revisão da política antifraude e programa de conformidade; conciliação contábil e bancária; auditorias interna e contábil independente; acompanhamento das recomendações oriundas de áreas internas e de entidades

externas; revisão dos riscos assumidos; relacionamento com a SUSEP; segurança da informação e cibernética. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos. Além disso, manteve diálogo com auditoria interna e com auditoria contábil independente, apreciou seu planejamento e acompanhou sua execução, bem como tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, suas conclusões e recomendações. Revisou as demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório do auditor contábil independente sobre as demonstrações financeiras, com o qual discutiu conclusões e encerramento do 2º semestre de 2025.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e à complexidade dos negócios e vem recebendo a atenção permanente da Administração;
- a auditoria interna é efetiva e desempenha suas funções com independência;
- a auditoria contábil independente é efetiva e suas avaliações apoiam a opinião do Comitê sobre a integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua objetividade e independência; e
- as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro (RJ), 04 de fevereiro de 2026

Ângela Beatriz de Assis **Antonio Carlos Serra Nicoletta** **Pedro Henrique Duarte Oliveira**
Coordenadora Membro Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da **BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelo do artigo 163, II, III e VII da Lei nº 6.404/76, declara haver procedido a análise do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, das informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, do Relatório dos Auditores Independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, do Relatório do Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S/A, bem como do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes - Grant Thornton Serviços Atuariais, considerando satisfatório e suficiente o resultado dessa análise. Diante disso, este Conselho Fiscal recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das correspondentes demonstrações financeiras da Companhia. O Conselho Fiscal manifesta seu parecer favorável à proposta da Administração, a ser submetida ao Conselho de Administração em reunião nesta data, de Destinação do Lucro Líquido de R\$ 341.475.500,34 (trezentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos reais e trinta e quatro centavos), como segue: a) constituição de reserva legal de R\$ 9.720.377,85 (nove milhões, setecentos e vinte mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos); b) ratificação do pagamento de dividendos antecipados de R\$ 45.957.434,49 (quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos) realizado em

15/10/2025; c) ratificação do pagamento dos Juros Sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 49.802.937,64 (quarenta e nove milhões, oitocentos e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos) realizado em 15/10/2025; d) aprovação da proposta de pagamento de dividendos adicionais no montante de 245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões), sendo R\$ 235.994.750,36 (duzentos e trinta e cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), oriundos do Lucro Líquido apurado em 2025 e R\$ 9.005.249,64 (nove milhões, cinco mil, duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) oriundo das reservas de lucros, com data prevista para pagamento em 11/02/2026; e) constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 235.994.750,36 (duzentos e trinta e cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos).

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2026

Marcel Kitamura **Albérico Machado Mascarenhas**
Presidente Conselho Titular
Vinícius Marques de Carvalho **Márcio Santiago Câmara**
Conselheiro Titular Conselho Titular

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Brasilcap Capitalização S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Brasilcap Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da administração

A Administração da Brasilcap Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Brasilcap Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Brasilcap Capitalização S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros de Capitalização e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

Grant Thornton

GRANT THORNTON SERVIÇOS ATUARIAIS LTDA.
CNPJ nº 33.950.548/0001-51
CIBA nº 161

Mariana Neves Aleixo Cabral Mathias Pereira
Atuária MIBA 3398

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Brasilcap Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilcap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e contabilização das provisões técnicas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2025, provisões técnicas decorrentes dos contratos de capitalização em vigor, no montante de R\$11.361.076 mil, equivalente a 88% de seu passivo.

Por causa da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas em relação ao passivo, à volumetria das transações e à diversidade dos produtos de capitalização existentes, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção e a leitura das notas técnicas atuariais que suportam a constituição das provisões técnicas; (ii) o recálculo da constituição da provisão matemática de capitalização ("PMC") e da provisão de sorteio a realizar ("PSR") do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base nas informações relativas às arrecadações do exercício e nas notas técnicas atuariais mencionadas no item (i); (iii) a realização de procedimentos analíticos substantivos referentes à atualização monetária das provisões técnicas no exercício; (iv) o confronto dos registros oficiais de pagamento de resgates e sorteios com os registros contábeis, e o confronto dos respectivos valores totais de pagamentos de resgates e sorteios do exercício com os correspondentes extratos das instituições financeiras; (v) a realização de uma seleção amostral de pagamentos de resgates e de sorteios para a análise documental (confronto dos dados do subscritor com o cadastro realizado na base de dados, validação do CPF ou CNPJ com os dados da Receita Federal e comprovante de liquidação financeira do resgate e/ou sorteio); (vi) a análise da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas, no exercício, por natureza da transação; (vii) a realização de análises específicas ("Analytics") para determinadas naturezas de movimentações dos saldos e dos volumes das transações; e (viii) a verificação da adequação da contabilização e das divulgações efetuadas em notas explicativas para as provisões técnicas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente resumidos, consideramos os valores das provisões técnicas, bem como divulgações relacionadas, aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, sobre as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejamos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2026

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Deborah Sulyak Martins Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 RJ 093358/O-5



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>